

-----ATA NÚMERO 2/2016-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,  
REALIZADA EM CATORZE DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E  
DEZASSEIS.**-----

-----Aos catorze dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezasseis, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, Paulo Alexandre de Atougua Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração.-----

---Presentes, ainda, os Senhores João José Sales Fernandes Correia e Ênio Vieira Martins, que substituem, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Senhores Vereadores Bruno Miguel Camacho Pereira, do PSD e Artur Alberto Fernandes de Andrade, da CDU, respetivamente.-----

---Também estiveram presentes o Chefe de Gabinete, Miguel

Iglésias e os Adjuntos da Vereação, João Beja, Sandra Silva e Mabely Moreira.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO:** - Iniciando este período o Senhor Presidente fez uma breve apresentação do documento da Estratégia Municipal para o Turismo, documento de orientação elaborado pelo Departamento de Economia e Cultura com base em análises estatísticas, tendo como sustento o Plano Estratégico Nacional do Turismo e o Documento Estratégico para o Turismo na RAM, elaborado pela ACIF. “Esta estratégia assenta em garantir a qualidade do produto turístico do Funchal, através de políticas assertivas de ordenamento do território e a adequação da cidade às novas tendências; em comunicar adequadamente o produto turístico, utilizando informação de qualidade veiculada por todos os meios disponíveis, analógicos e digitais; e proporcionar o máximo de experiências, ajudando a criar condições para que as mesmas aconteçam em abundância e segurança e desta forma, diferencie o destino”, frisou.-----

---Continuando, abordou os segmentos turísticos que integram a

estratégia municipal, nomeadamente o turismo ativo, que engloba o turismo de natureza, o turismo náutico, cultural e urbano; o turismo de saúde e bem-estar; o turismo inclusivo, tornando o Funchal uma cidade para todas, tendo já os exemplos da Praia Formosa, com equipamento para invisuais e pessoas com mobilidade reduzida; e por último o turismo de experiências, com eventos e iniciativas de qualidade.-----

---Os objetivos da Autarquia são, resumidamente, o aumento do número de hóspedes no Funchal, assim como o aumento do seu grau de satisfação e o seu tempo médio de permanência, concluiu.-

----- - Sobre este assunto, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, disse achar anormal ter tido conhecimento deste documento através da comunicação social, bem como o facto de ter sido apresentado em Lisboa e não no Funchal, referindo que esta estratégia deveria ter sido discutida com os restantes Vereadores, juntamente com os técnicos que elaboraram o documento.-----

-----Continuando, este mesmo Vereador, acrescentou: “Há uma segunda questão que se prende-se com facto do Funchal, e a Autarquia em particular, ter um papel importante no setor económico e no turismo. No entanto, e segundo a comunicação social, parece ter havido uma sobreposição da Autarquia em relação ao Governo Regional sobre esta matéria. A Autarquia deverá preocupar-se sobretudo, com a qualidade do serviço, com a sinalética da cidade e com a limpeza urbana e menos com a

promoção, porque esta está englobada na promoção da Região Autónoma”.-----

-----Finalizando, o Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, saudou a criação do documento, criticando, no entanto, os procedimentos para a elaboração do mesmo e a maneira como fora divulgado.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador Paulo Atouguia, do PSD, concordou com o referido pelo Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, sobretudo quanto ao facto bizarro de um Plano que respeita ao Funchal ser apresentado em Lisboa, perante o total desconhecimento da demais Vereação e dos funchalenses, e, relativamente ao conteúdo, disse não poder discutir um documento do qual só agora toda a Câmara teve conhecimento.-----

-----Referiu também que, em sua opinião, o papel principal de uma Autarquia estará relacionado com o Governo e valorização da Cidade, em benefício antes de mais dos munícipes mas com impacto evidente ao nível da oferta turística, preocupando-se em exercer bem as suas competências legais, o que em algumas áreas fundamentais têm sido visivelmente descurado por este Executivo (como a sinalética urbana ou a conservação das vias públicas, por exemplo) e procurando coordenar a promoção turística com as demais entidades regionais, concentrando esforços no destino Madeira como um todo, do qual o Funchal é evidentemente um dos componentes principais.-----

-----A título de exemplo salientou que não se percebe a referência

pública feita ao Mar como a prioridade do Plano Estratégico, quando essa matéria é justamente uma das áreas em que a Autarquia tem menos competências.-----

-----Disse igualmente que, em sua opinião, o papel principal de uma Autarquia estará relacionado com a manutenção e limpeza de jardins, sinalética, museus, etc., e não de documentos de estratégia, realçando sim que a cidade tem de ser mais moderna, limpa indo de encontro àquilo que os turistas procuram.-----

-----Refutando, o Senhor Presidente disse discordar com algumas questões colocadas, referindo que houve ao longo dos tempos uma subalternização das competências municipais em favor do Governo Regional, sendo que neste momento não existe qualquer estratégia regional para o Turismo. “Nós não podemos ter uma visão redutora do papel do Município apenas para cuidar da cidade, temos de ir mais além. Exemplo disto foi o galardão recebido do ECO XXI, estando o Funchal entre os 25 melhores municípios portugueses. Isso fazemos bem, e destacadamente. Relativamente à divulgação do documento, este foi elaborado internamente, estando agora a ser difundido pelos Senhores Vereadores. O facto da Associação de Promoção da Madeira ter um plano de promoção nada inibe a Autarquia de realizar um documento desta natureza, e de igualmente promover a cidade, sendo que se deve lamentar o facto de os Municípios não terem representatividade na Associação de Promoção, sendo importante que seja atribuída aos Municípios a devida valorização”, salientou.-----

-----Continuando, informou que as medidas referidas pelos Vereadores como importantes e fazendo parte do papel da Autarquia, estão todas incluídas no documento, e que o plano da sinalética para a cidade encontra-se concluído e será implementado este semestre.-----

-----Quanto ao facto de ter sido apresentado em Lisboa foi intencional, porque se tratava de promover a cidade fora da Região, através dos meios de comunicação presentes, sendo que teve uma enorme repercussão tanto nos meios especializados do turismo, como nos órgãos de comunicação generalistas, além de televisões.-

----- - Usando de novo, da palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou se faria sentido a promoção da cidade no aeroporto e no porto do Funchal, ao que o Senhor Presidente respondeu que faz todo o sentido, quer através de aplicações móveis, quer de mapas, tendo informação disponível de qualidade para quem chega à Região e vem visitar a cidade.-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, perguntou se o documento havia sido discutido com a Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura ao que o Senhor Presidente respondeu que não.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Paulo Atouguia, do PSD, inquiriu acerca da publicidade institucional que vem sendo feita na RTP-Madeira e quais os custos e as empresas envolvidas, ao que foi respondido que lhe seria dado conhecimento.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, a Senhora Vereadora Vanda de

Jesus, do PSD, perguntou, de novo, pela listagem de instituições que solicitaram a utilização do Teatro Municipal Baltazar Dias, com dados concretos das que obtiveram isenções e daquelas que não as obtiveram, com os respetivos valores pagos à Câmara e receitas de bilheteira, ao que o Senhor Presidente informou que lhe iria ser enviado por email.-----

-----Continuando, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou o ponto de situação do processo de declaração de interesse municipal.-----

-----Respondendo, o Senhor Presidente informou que o mesmo não poderá ser viável, devido ao aumento da “Rede Natura 2000”, mediante pedido de parecer à Autarquia sobre o seu alargamento e cuja resposta da mesma fora positiva, abrangendo a área em questão.-----

-----A este propósito, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, solicitou cópia do pedido de parecer e da resposta da Autarquia.-----

----- - Seguidamente, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, colocou a questão relacionada com a “webletter”, enviada pelo Senhor Presidente, afirmando ter conhecimento de um descontentamento por parte de alguns funcionários da Câmara e considerar ser inadmissível a utilização de recursos da Autarquia.-

-----Relativamente a este assunto, o Senhor Presidente esclareceu que como Presidente da Autarquia, terá o direito e a legitimidade de comunicar com quem quiser e como o pretender, porque as suas funções extravasam aquilo que serão os assuntos exclusivos

de administração da Câmara.-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, perguntou se a referida “webletter” não seria um boletim municipal elaborado pelos funcionários, ao que o Senhor Presidente respondeu negativamente. “Enquanto Presidente de Câmara, posso falar e escrever de assuntos que são de interesse para o Município, não precisando da ajuda dos funcionários para esse efeito”, frisou.-----

-----Ainda sobre este assunto, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, disse que para concluir, a imagem apresentada no cabeçalho da “webletter” nota-se que é claramente a do Senhor Presidente, de costas numa moto, com a agravante de estar em transgressão por não usar o capacete protetor, transmitindo assim um mau exemplo para os munícipes.-----

-----Em relação à questão do capacete, o Senhor Presidente esclareceu que a moto estava parada, razão pelo qual não era obrigatório o uso do mesmo.-----

-----Por fim, a Senhora Vereadora do PSD, Vanda de Jesus, acrescentou: “Depois de toda esta discussão, em torno desta publicação, leva-me a concluir que esta é a prova clara de que o que move o Senhor Presidente da Câmara é apenas o seu projeto pessoal de poder.”-----

----- - De seguida, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou acerca da intenção da Câmara em publicar as memórias do ex-Governante Alberto João Jardim, ao que o Senhor



Presidente explicou que ao longo do seu percurso, enquanto cidadão, foi crítico de posições tomadas pelo mesmo, mas enquanto historiador, considera que as memórias são factos importantes para a História. Referiu, no entanto, que nem chegou qualquer proposta, nem a Autarquia tomou, nem tomará, qualquer iniciativa para as publicar.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação da aquisição do espólio de António Aragão, ao que o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, esclareceu que, neste momento, a situação encontra-se em análise no Departamento Jurídico.-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador Énio Martins, da CDU, disse que fazia suas as preocupações colocadas pelos Senhores Vereadores que haviam intervido anteriormente quanto à questão da “webletter” e que, quanto a uma outra questão aflorada, a publicação das memórias do ex-Presidente do Governo Regional, considerava que a resposta do Senhor Presidente da Câmara era esclarecedora.-----

#### -----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

#### **1 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:**-----

----- - **Contratação de Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho - parecer prévio:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, dar parecer prévio favorável à contratação de

serviços de segurança e saúde no trabalho no valor de € 88.100,00 (oitenta e oito mil e cem euros).-----

-----Relativamente a este assunto a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança referiu que se trata de fazer a saúde preventivamente, existindo a possibilidade dos trabalhadores poderem recorrer a consultas e a existência de um posto móvel que se poderá deslocar a vários serviços tendo melhorado a acessibilidade dos funcionários ao serviço de segurança e higiene do trabalho que agora se situa no rés-do-chão do edifício.-----

**2 - PAGAMENTO DE DÍVIDAS EM PRESTAÇÕES:** - Perante o requerimento de Madeira Cartão – Sociedade de Triagem, Lda. (procº 39902/15), solicitando o pagamento em quarenta e oito (48) prestações mensais da dívida no valor de € 304.924,84 (trezentos e quatro mil novecentos e vinte quatro euros e oitenta e quatro cêntimos), referente à venda de resíduos sólidos, a Câmara, em função da informação da Divisão de Contabilidade e Finanças (I-201/2016) deliberou, por maioria, aprovar, com abstenção do PSD.-----

----- - Acompanhado da informação do Departamento de Água e Saneamento Básico (datada de 04/01/2016), foi presente o requerimento de Fernando Fernandes Dantas (procº 50087/15), solicitando o pagamento em doze (12) prestações da dívida de € 1.098,30 (mil e noventa e oito euros e trinta cêntimos), referente à fatura do consumo de água (mês de setembro), tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “A nossa abstenção justifica-se pelo facto de não conhecermos o processo de cobrança anterior.”---

**3 – PESSOAL:**-----

-----**3.1 – Processos disciplinares:** - Em face do processo disciplinar (nº 24/2015), instaurado ao funcionário (número 1720), Assistente Operacional, (Cantoneiro de Limpeza), a exercer funções na Divisão de Limpeza Urbana do Departamento de Ambiente, por falta de zelo (alcooteste positivo), a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, CDS/PP e CDU, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de vinte (20) dias de suspensão, suspensa por um ano, nos termos e com os fundamentos do relatório final.---

----- - Perante o processo disciplinar (nº 25/2015), instaurado ao funcionário (número 8291), Assistente Operacional (Jardineiro), a exercer funções na Divisão de Jardins e Espaços Verdes Urbanos do Departamento de Ciência e Recursos Naturais, por falta de zelo (alcooteste positivo), a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, CDS/PP e CDU, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de vinte (20) dias de suspensão, suspensa por um ano, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - Relativamente ao processo disciplinar (nº 27/2015), instaurado à funcionária (número 10264), Assistente Operacional (Cantoneira de Limpeza), a exercer funções na Divisão de Limpeza Urbana do Departamento de Ambiente, por falta de zelo, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, CDS/PP e CDU, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de repreensão escrita,

nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - Em presença do processo disciplinar (nº 28/2015), instaurado ao funcionário (número 9346), Assistente Operacional (Motorista de Pesados), a exercer funções na Divisão de Gestão de Frota do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos, por falta de zelo, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, CDS/PP e CDU, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de trinta (30) dias de suspensão, suspensa por um ano, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

---**Adenda (nº 4 do artigo 11º. do Regimento das Reuniões da CMF)**. -----

**4 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:**-----

----- - **Proposta de Resolução da CDU, intitulada “Plano de Urbanização para a Zona de Santa Rita (São Martinho)”** O Senhor Vereador Ênio Martins, da CDU, fez a apresentação da proposta em referência, cujo teor abaixo se transcreve:-----

---“A zona de Santa Rita, na freguesia de São Martinho, está definida como área de construção do novo Hospital do Funchal. Uma unidade como o novo Hospital traz consigo uma nova centralidade, um conjunto de mais-valias, com todo o dinamismo que imprime à atividade urbanística e comercial, bem como ao quotidiano das populações residentes na zona de implantação de uma infraestrutura daquele tipo, transformando radicalmente a área onde será instalada. Assim sendo, é de toda a lógica prosseguir com o Plano de Urbanização de Santa Rita (PUSR), que

já esteve concluído até à fase de diagnóstico. O PUSR deve ser um Plano de Urbanização que tenha limites claros, definição das vias de acesso necessárias ao novo Hospital, para além de, obrigatoriamente, ter em atenção as zonas verdes de enquadramento e proteção, assim como zonas de recreio e lazer. O PUSR deve ser implementado para que toda aquela área de intervenção seja urbanizada com todos os requisitos de bem-estar para as populações que vivem ou venham habitar esta zona do concelho, inserida na freguesia que maior crescimento urbanístico tem registado nos últimos anos. Deve ser um Plano cujas diretivas se enquadrem de forma harmoniosa na zona de intervenção, e que, entre outros aspetos, evite o excesso de alcatrão e de betão, que tenha em conta a necessidade das populações desenvolverem as suas atividades na proximidade das suas residências, que privilegie as questões ambientais, ecológicas e energéticas e, acima de tudo, garanta plenamente às populações residentes os seus direitos à habitação em virtude das necessárias expropriações que irão ter lugar em virtude da construção do novo Hospital do Funchal naquela área de São Martinho. Assim, a Câmara Municipal do Funchal, tendo em conta a importância estratégica e a mais-valia da nova unidade hospitalar, quer para o concelho do Funchal, quer para a Região Autónoma da Madeira, delibera desenvolver todos os mecanismos necessários no sentido de dar continuidade ao processo de elaboração do Plano de Urbanização para a zona de Santa Rita, na freguesia de São Martinho”.-----

---Continuando, o Senhor Vereador Ênio Martins, da CDU disse que o Governo Regional tem vindo a reafirmar o propósito de construção do novo hospital em Santa Rita, tal como a CDU defendeu ao longo dos anos. Considerou que, tendo em conta a importância estratégica desta unidade de saúde, quer para o concelho, quer para a própria Região Autónoma, pelo que representa em termos de respostas para a Saúde, mas, igualmente, pelas dinâmicas sociais, económicas, urbanísticas, como nova centralidade e pólo de desenvolvimento, importava retomar a elaboração do Plano de Urbanização de Santa Rita, de forma a permitir o enquadramento desta infraestrutura e de um conjunto de outros equipamentos de uso público, zonas verdes e áreas comerciais, sempre salvaguardando a qualidade de vida e o bem-estar dos residentes na área. Finalmente, considerou que, com a retoma do processo de elaboração deste Plano de Urbanização, a Câmara Municipal do Funchal estaria a manter uma pressão positiva sobre o Governo Regional no sentido de se concretizar as intenções anunciadas, ou seja, efetivar a construção do novo hospital na zona de Santa Rita.-----

---Relativamente a este assunto, o Senhor Presidente fez o seguinte esclarecimento: “No âmbito dos trabalhos decorrentes do processo de revisão do PDM, a zona de Santa Rita está a ser devidamente analisada, sendo que em termos de proposta da revisão de plano está a ser equacionada a proposta de delimitação de uma nova centralidade emergente, com condicionantes em termos de

acessibilidade, mobilidade urbana e ocupação de solo. Trata-se de uma zona com características rústicas e que irá sofrer um impacto com a instalação deste equipamento, entendendo esta Autarquia que a delimitação de um Plano Urbanístico para este local, vem promover e incentivar a qualificação do solo, a requalificação e ordenamento da rede viária, da mobilidade urbana e da definição de condições para a aplicação de instrumentos da política de solos e urbana, e que, ao prosseguir com este Plano, a Câmara já completou a fase de diagnóstico”.

--- - Colocada á votação, foi aprovada, por unanimidade.

-----**Declaração de Voto do PSD:** “Consideramos que dar reinício ao Plano de Urbanização de Santa Rita, sem haver uma posição oficial de quem tem a tutela é extemporâneo, pois, caso não seja naquele local, não faria sentido esta aprovação, daí considerarmos que deveria ser uma Proposta de Recomendação, e, quando estivesse definitivamente estabelecido, pela tutela, a localização da nova unidade hospitalar, então sim deliberaríamos a elaboração de um plano urbanístico, tendo em conta todos os impactos que se verificarão na zona onde ficará instalado.”

---Os Vereadores do PSD e CDS/PP ausentaram-se da sala, não participando na discussão e votação do processo que se segue, sendo que o PSD justificou a sua ausência, da seguinte forma: “A nossa recusa em estar presentes na votação da presente proposta, hoje aditada à Ordem do Dia, justifica-se por, mais uma vez, o texto a deliberar nos ter sido disponibilizado ao fim do dia de

ontem, em total desrespeito pela antecedência mínima prevista pelas normas que regulam as reuniões deste Órgão, o que é especialmente grave numa matéria como o enquadramento do Funchal Jazz, há muitos anos um evento emblemático do Funchal, cujo modelo de adjudicação se pretende alterar e que necessitaria da nossa parte uma melhor ponderação e análise, que a recusa do Senhor Presidente em adiar este ponto para a próxima reunião infelizmente não permitirá.”-----

**5 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**-----

----- - **Prestação de Serviços de “Organização, Promoção e Realização do Festival “Funchal Jazz 2016-2017” – parecer prévio:** - Em face do respetivo processo (refª 24/CMF/DEC/2015), a Câmara deliberou, dar parecer prévio favorável ao procedimento referido em epígrafe, no valor de € 201.000,00 (duzentos e um mil euros).-----

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas e quinze minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

-----  
-----  
Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 23/2016, publicada nos locais de estilo.